



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 10 • 29/05 a 04/06/05 • ISSN 1809-6182

Análise

03/06/2005 – Avaliação Ecológica do Milênio e as discussões sobre bens e serviços ambientaisp.01

Estudo proposto à ONU em 2000, tem sua versão preliminar divulgada em março de 2005 e alerta a sociedade internacional para as consequências da interferência na natureza destacando a necessidade de valoração dos bens e serviços ambientais.

Resenhas

01/06/2005 – Argentina, Brasil e Venezuela prevêem criação do Petrosulp .04

Os Ministros da área energética da Argentina, do Brasil e da Venezuela acertaram as diretrizes para a criação do Petrosul, um fórum que visa articular as políticas energéticas dos respectivos países

03/06/2005 – Venezuela: a polêmica compra de rifles de assalto russos e o problema do tráfico de armamentos de pequeno portep.06

A compra de rifles de assalto russos por parte do governo venezuelano levantou questionamentos relativos as suas repercussões para as relações entre Rússia e EUA, bem como para o hemisfério, especialmente no que tange ao possível incremento acarretado ao comércio ilegal desses armamentos na região.

03/06/2005 – Cúpula América do Sul-Países Árabesp.08

Inicialmente voltada à integração entre as duas áreas, a reunião de 34 líderes árabes e sul-americanos teve resultados divergentes do esperado.

Avaliação Ecossistêmica do Milênio e as discussões sobre bens e serviços ambientais

Análise
Desenvolvimento

Prof. Marco Paulo Gomes
03 de junho de 2005

Estudo proposto à ONU em 2000, tem sua versão preliminar divulgada em março de 2005 e alerta a sociedade internacional para as consequências da interferência na natureza destacando a necessidade de valoração dos bens e serviços ambientais.

A Avaliação Ecossistêmica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment), publicada e amplamente divulgada pela imprensa em março/2005, foi proposta à Assembleia Geral da ONU do ano 2000, pelo secretário-geral Kofi Annan, com o objetivo de “avaliar as consequências que as mudanças nos ecossistemas trazem para o bem-estar humano e as bases científicas das ações necessárias para melhorar a preservação e uso sustentável desses ecossistemas e sua contribuição ao bem-estar humano”.

O estudo teve início em 2001 e envolveu centenas de cientistas das mais diversas regiões do planeta, inclusive do Brasil. Esta versão é preliminar e foi complementada, em maio/2005, com um relatório sobre biodiversidade e bem-estar humano (Biodiversity and Human Well-being) e em junho/2005, com um relatório sobre Desertificação (Desertification Synthesis). Até setembro/2005 outros estudos tratarão especificamente de temas como saúde, negócios e indústria.

Apesar da mídia ter criado certo alarde ao anunciar o documento, as conclusões do

relatório não trouxeram noções diferentes daquelas discutidas pelos estudiosos da interferência humana no clima da Terra. No entanto, a preocupação se tornou evidente com a situação de, aproximadamente, 60% dos ecossistemas do planeta (15 dos 24 existentes) estarem degradados ou sendo utilizados de maneira insustentável e podendo piorar, significativamente, nos próximos 50 anos. Além da alteração do clima, o relatório cita outras consequências tais como o surgimento de novas doenças e a mudança na qualidade da água.

O pior momento desta degradação aconteceu nos últimos cinquenta anos e, por maiores que sejam os benefícios trazidos ao bem-estar humano neste período, seus efeitos podem reverter a condição humana no mesmo período de tempo futuro. Este fenômeno pode comprometer os cumprimentos das Metas do Milênio no que se refere à redução da pobreza, da fome e das doenças até 2015.

Segundo o próprio documento, tal situação pode ser revertida. É necessária uma mudança de comportamento em relação à natureza, que deve ser entendida como um bem limitado e, por isso, sua



exploração deve ser controlada. O próprio relatório promove os ciclos naturais como sendo um tipo de serviço que os ecossistemas executam para permitir a manutenção da vida na Terra. No relatório, alguns serviços providos pelos ecossistemas seriam, entre outros: a água doce, o controle da erosão e o controle do clima, nas zonas montanhosas e polares; madeira, controle de enchentes e seqüestro de carbono, nas florestas e reservas madeireiras; além de lazer e ecoturismo nestes mesmos locais e do alimento que nos supre.

Atualmente há tecnologias capazes de reduzir este efeito da intervenção humana, mas, para isso, os governos, o empresariado e as instituições internacionais devem ser envolver em uma articulação para traçar políticas que definam alocação de investimentos, regras de comércio, estabelecimento de taxas e afins.

Até os dias de hoje, os recursos naturais são entendidos como gratuitos e considerados abundantes. Assim sendo, o uso inconseqüente desta matéria prima, do ponto de vista ambiental, tem degradado os ecossistemas terrestres, conclui o relatório. Uma maneira de dificultar o uso indiscriminado dos recursos naturais é tentar valorar ou precificar estas fontes a partir do entendimento de que elas são bens e serviços ambientais.

Discussões para dar sentido econômico a tais questões vêm sendo travadas em diversos âmbitos políticos, nacionais e internacionais. Atribuir preço a bens e serviços desta natureza não é tarefa fácil. Daí outra importância dos estudos que constam do relatório por ser “a primeira tentativa da comunidade científica de descrever e avaliar em escala global a gama completa de serviços que as pessoas obtêm da natureza”.

Uma das maneiras de atribuir estes preços seria um mecanismo de mercado. O Protocolo de Kyoto é um exemplo. Nestas

situações, os governos traçam as metas e os demais agentes envolvidos, atuando no mercado, decidem como atingi-las. Outra maneira seria o estabelecimento dos preços através de decisões governamentais.

Em ambos os casos, a dificuldade é a atribuição de valores apropriados. Isso só seria possível através da obtenção de informações também apropriadas ao tema. Ou seja, quanto mais se conhecer sobre a relação das estruturas que compõem um ecossistema, maior será a capacidade de, adequadamente, atribuir valor aos serviços ambientais. O relatório de Avaliação Ecológica do Milênio é um dos estudos que vem trazer luz a um tema tão controverso.

Uma discussão básica sobre bens e serviços ambientais é o entendimento que se tem sobre eles, isto é, é necessária uma discussão conceitual sobre o assunto. Isto tem ocorrido no âmbito de algumas organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Mercosul. Este tipo de debate permite a classificação que definirá as regras de comercialização destes elementos, uma vez que não existe uma classificação aceita internacionalmente.

Em 2001, a Rodada de Doha da OMC buscou a redução ou eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias no comércio de bens e serviços ambientais. No entanto, os critérios de classificação da OMC são da época do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e, para os bens e serviços aqui tratados, não estão adequados à realidade atual. Existe uma classificação elaborada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que foi proposta à OMC pelos EUA. Esta classificação beneficia os países desenvolvidos e por isso não foi aceita pelos países em desenvolvimento. Isto porque alguns itens importantes para estes últimos países não constam da lista como, por exemplo, agricultura orgânica, ecoturismo e

biodiversidade. Além disso, as negociações envolvem aspectos de acesso a mercado e propriedade intelectual.

A OMC reconhece a importância dos programas de assistência técnica aos países em desenvolvimento, na área de comércio e meio ambiente. Assim sendo, estes países devem aproveitar seu potencial para se tornarem competitivos nesta área.

No âmbito do Mercosul, foi criado um fórum de discussão na Rede Global de Aprendizagem para o Desenvolvimento (Global Development Learning Network – GDLN), do Banco Mundial, onde as diferentes conceituações de bens e serviços ambientais são tratadas, bem como suas implicações nas negociações comerciais internacionais. A troca de informações entre os participantes gera novos conhecimentos e destacam preocupações quanto aos “desafios a serem superados para a inserção destes conceitos no contexto do Mercosul [... e nas] negociações para a inclusão destes conceitos na Organização Mundial de Comércio (OMC)”.

Outro ponto acerca do problema é convencer a cadeia produtiva e consumidora sobre a relevância destes serviços ambientais. Mais do que colocar preço é preciso valorizar estes ativos, reconhecendo sua importância para a sustentabilidade dos ecossistemas. De outra forma, o inconseqüente pensamento, do ponto de vista ambiental, de que a natureza é infinita e, portanto, “grátis e ilimitada”, nas palavras no relatório, provocará a contínua degradação do planeta.

Enfim, há que se atentar para o ritmo das negociações e cuidar para que as oportunidades que se colocam para os países em desenvolvimento, como o Brasil, sejam aproveitadas. O meio ambiente é um patrimônio que beneficia aqueles países e pode ser utilizado como manobra de negociação internacional. Se bem articulado, pode ser objeto

importante para aumentar a participação destes países no comércio global, alavancando seu crescimento e desenvolvimento e contribuindo, ao mesmo tempo, para a consecução dos ameaçados Objetivos do Milênio.

Referência

[ENN Environmental News Network](#)

[Gazeta Mercantil](#)

[GDLN - Rede Global de Aprendizagem para o Desenvolvimento](#)

[Millennium Ecosystem Assessment](#)

[The Economist](#)

[World Trade Organization](#)

Argentina, Brasil e Venezuela prevêem criação do Petrosul

Resenha
Segurança / Economia e Comércio / Integração Regional

Luciana Corrêa Costa
01 de junho de 2005

Os Ministros da área energética da Argentina, do Brasil e da Venezuela acertaram as diretrizes para a criação do Petrosul, um fórum que visa articular as políticas energéticas dos respectivos países

Em 10 de maio de 2005, durante a Cúpula América do Sul - Países Árabes realizada em Brasília, os Ministros da área energética da Argentina, Carlos Arboleda, do Brasil, Dilma Rousseff, e da Venezuela, Rafael Ramírez, acertaram as diretrizes para a criação do Petróleo do Sul (Petrosul), um fórum para discussões sobre a produção de energia na região. Está prevista para junho ou julho uma reunião entre os Presidentes dos três países com o intuito de oficializarem a iniciativa.

O Petrosul tem como objetivo primordial fomentar a cooperação entre os três países no setor energético através da coordenação e articulação de suas políticas no que se refere a combustíveis e à eletricidade. O fórum será formado por um grupo de Ministros e por uma secretaria executiva que irá contratar técnicos e especialistas no assunto. Suas reuniões acontecerão duas vezes ao ano, mas encontros extraordinários poderão ser marcados mensalmente. A direção do Petrosul será rotativa, com Ministros da área de energia de cada país se alternando em mandatos anuais. O primeiro diretor será o Ministro da Argentina, pois foi adotado o critério de ordem alfabética dos países.

O Petrosul baseia-se em uma parceria entre as empresas estatais dos três países envolvidos - a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a Energia Argentina S.A. (Enarsa) e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). A Ministra brasileira de Minas e Energia Dilma Rousseff fez questão de ressaltar que o Petrosul é uma iniciativa política e não uma união de empresas. “Estamos mais para OPEP do que para uma empresa”, disse a Ministra. Essa observação tem em vista negar a criação da Petroamérica, proposta amplamente divulgada pelo governo venezuelano que consistiria em uma associação das estatais petroleiras dos três países. Os projetos prioritários do Petrosul são a exploração conjunta de petróleo em Orinoco, Venezuela, a construção de uma refinaria no Nordeste brasileiro e a exploração de gás natural em mar aberto na Argentina.

No que tange aos impactos da criação do Petrosul para a América Latina, representantes da Argentina, do Brasil e da Venezuela reconhecem a importância dessa iniciativa para a região. O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, declarou que no jantar que teve com os Presidentes brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e argentino Nestor Kirchner, na ocasião da Cúpula América do Sul - Países



Árabes, os três demonstraram estar seguros de que o Petrosul desempenha um papel definitivo para o futuro da região. Segundo a Ministra Rousseff, o Petrosul é importante para se pensar uma política de integração de longo prazo na América Latina.

Referência

[Folha de São Paulo](#)

[Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#)

[Reuters](#)

Venezuela: a polêmica compra de rifles de assalto russos e o problema do tráfico de armamentos de pequeno porte

Resenha
Segurança

Layla Ibrahim Abdallah Dawood
03 de junho de 2005

A compra de rifles de assalto russos por parte do governo venezuelano levantou questionamentos relativos as suas repercussões para as relações entre Rússia e EUA, bem como para o hemisfério, especialmente no que tange ao possível incremento acarretado ao comércio ilegal desses armamentos na região.

Recentemente, a compra, por parte da Venezuela, de rifles de assalto russos AK-47, enquadráveis dentre os chamados armamentos de pequeno porte, em um montante estimado de 100.000 unidades, levantou polêmicas relativas às possíveis consequências de tal desdobramento no âmbito do hemisfério americano, bem como das relações bilaterais entre Rússia e EUA.

Autoridades estadunidenses expressaram grande preocupação referente à possibilidade de que tais armas acabassem sob a posse de grupos de oposição armada na Colômbia ou provocassem uma corrida armamentista dentre os países latino-americanos.

Em resposta, o vice-primeiro ministro russo declarou que a referida venda de armamentos tratava-se de uma questão bilateral entre Rússia e Venezuela, na qual os EUA não deveriam intervir, tendo por objetivo a melhoria do exército venezuelano. Ademais, estaria em plena conformidade com o direito internacional, uma vez que a Rússia teria a prerrogativa de levar a cabo acordos de cooperação técnica e militar com quaisquer países que

não estejam sofrendo sanções quanto ao comércio de artefatos bélicos por parte de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Contudo, a secretária de estado estadunidense, Condoleezza Rice, porta-voz maior dos protestos de seu país, esclareceu que a preocupação dos EUA não se restringiria à legalidade ou não das vendas: o que estaria em jogo seria a estabilidade da região.

O governo venezuelano, por sua vez, alega que as compras recentemente realizadas fazem parte de um programa de modernização militar em planejamento há mais de 10 anos, o que explicaria também a compra de 10 helicópteros militares russos. O objetivo seria aumentar as capacidades operacionais, reduzir as falhas nos equipamentos e substituir aqueles cuja vida útil tenha expirado. Contudo, tal substituição é também motivo de polêmica na medida em que se questiona o destino a ser tomado pelo equipamento substituído.

Em visita à América Latina no final do mês de abril de 2005, segundo sua equipe, Condoleezza Rice teria evitado a ênfase na

questão venezuelana, focalizando no que denominou de agenda positiva composta pelos objetivos de fomento à democracia e diminuição da pobreza no hemisfério. Não obstante, em território colombiano, declarou o apoio estadunidense a um esquema de monitoramento dos rifles recém comprados pela Venezuela proposto pelo governo colombiano, ressaltando a importância de serem identificados os consumidores finais de tais produtos.

Há que se atentar para o fato de que o comércio de armamentos de pequeno porte não constitui, obviamente, uma preocupação meramente econômica, em especial devido à ameaça colocada pelos mesmos à vida de civis. Estima-se que, ao longo da década de 1990, estes tenham sido responsáveis pela morte de cerca de três milhões de civis. Assim, toma relevo, de forma crescente, a temática do controle da venda ilegal de armamentos de pequeno porte, o qual enfrenta sérios obstáculos.

Inicialmente, destaca-se a dificuldade de monitoramento da produção e do comércio ilícitos de tais armamentos, que, uma vez produzidos, são facilmente armazenados e utilizados. Ademais, operações comerciais lícitas, por vezes, transmutam-se em ilícitas em função da corrupção de oficiais — em geral, no âmbito das aduanas —, bem como da polícia de fronteira ou, ainda, mediante o furto de carregamentos de artefatos, legalmente comercializados, quando do seu transporte.

Identificam-se, ainda, problemas relativos à venda, no chamado mercado negro, de armas estatais, após o término de conflitos, por parte dos próprios soldados, os quais, obviamente, auferem maiores lucros com a venda ilegal. Decidem-se, pois, pela não devolução de suas armas ao Estado, o que acaba por aumentar a oferta de armamentos de pequeno porte no mercado negro, facilitando, por conseguinte, o acesso aos mesmos.

Afirma-se que os EUA e a URSS foram responsáveis, em grande medida, pela proliferação de armamentos de pequeno porte no curso da Guerra Fria, provendo-os a baixos custos a Estados de importância estratégica. Na atualidade, esses mesmos armamentos seriam utilizadas em conflitos locais por todo o mundo, funcionando como catalisadores desses e podendo torná-los ainda mais longos e sangrentos.

A postura dos EUA no âmbito dos fóruns internacionais no que tange à temática é constantemente criticada. Em 2002, foi promovida pela ONU a Conferência sobre o tráfico de armamentos de pequeno porte e armas leves, na qual os EUA foram responsabilizados pelo fracasso do chamado Plano de Ação, dadas as suas alegações no sentido de que não aceitariam quaisquer restrições relativas à transferência legal ou à posse de armamentos de pequeno porte por civis.

Analistas apontam que os ganhos financeiros auferidos pelos governos por meio do comércio de tais armamentos inibem a tomada de decisão por parte desses acerca da temática, o que acaba repercutindo negativamente nas tentativas de resolução do problema do tráfico de armamentos de pequeno porte.

Finalmente, há quem alegue que a ausência de vontade política de muitos governos na contenção da venda ilegal de armamentos de pequeno porte explicar-se-ia pelo fato de que muitos dos grupos opositores que fazem uso destes armamentos agiriam em concordância com os interesses daqueles governos.

Referência

[Arms Control Today](#)

[Reuters](#)

[The Washington Times](#)

[Venezuelanalysis.com](#)

Cúpula América do Sul Países Árabes

Resenha
Economia e Comércio

Carolina Dantas Nogueira
03 de junho de 2005

Inicialmente voltada à integração entre as duas áreas, a reunião de 34 líderes árabes e sul-americanos teve resultados divergentes do esperado.

Nos dias 10 e 11 de maio deste ano, ocorreu em Brasília a Cúpula América do Sul – Países Árabes. Com vistas a aproximar as duas regiões, teve por objetivo incrementar as relações entre seus respectivos membros. Apesar da boa localização, grande esquema de segurança e imensa disposição da diplomacia brasileira, o que era para trazer melhorias no campo comercial teve resultados divergentes do esperado.

Noticiada amplamente nos países envolvidos, as mais variadas interpretações e conclusões sobre a Cúpula podem ser encontradas na imprensa. No Brasil fala-se em fracasso. O jornal O Globo argumenta que o texto final do encontro é dúbio e que endossa críticas aos Estados Unidos, Israel e Inglaterra em relação ao cumprimento de resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). Destaca, ainda, que ao ceder espaço para o mundo árabe, estes se voltam para o campo político em detrimento do comercial em seus discursos. Devido à presença árabe majoritária no encontro, esta tendência tornou-se evidente no documento final. A Revista Época publicou uma grande reportagem na Edição 365 de 16 de maio, afirmando que o Brasil além de ter endossado a postura dos países árabes,

ainda conseguiu perder uma oportunidade preciosa de melhorar suas relações com os vizinhos, especialmente a Argentina. A imprensa argentina seguiu pelo mesmo caminho da brasileira, embora ambos os governos tenham declarado que o resultado para as relações bilaterais foi favorável.

Além da Cúpula teve destaque também o encontro dos Presidentes Lula, Kirchner e Chávez acerca da criação da empresa Petrosul. No entanto, o encontro empresarial de São Paulo que sucedeu a Cúpula de Brasília, entre empresários brasileiros e árabes, foi pouco divulgado. Já o Encontro Empresarial de Brasília foi notícia, em que o Ministro do Desenvolvimento brasileiro, Luiz Fernando Furlan, argumentou que o fluxo de comércio entre as regiões deverá saltar de US\$ 8 bilhões para US\$ 15 bilhões.

Amado Luiz Cervo, Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Professor do Instituto Rio Branco, argumenta que este aspecto econômico da Cúpula é mais relevante.

Mais de 800 empresários de ambos os lados debateram as oportunidades de comércio e investimentos. Firmou-se importante acordo para criação de futura área de livre comércio entre o Mercosul e o



Conselho de Cooperação do Golfo, que reúne seis países de peso. Encaminharam-se acordos entre Mercosul, Egito e Marrocos. A feira de investimentos serviu para demonstrar a atração de capitais de lado a lado, útil à internacionalização de empresas brasileiras. Ponderou-se a oportunidade de criar linhas aérea e marítima diretas entre as regiões, como também um banco de financiamento do comércio. O conhecimento mútuo entre empresários era mínimo e cresceu, realizando uma condição indispensável à expansão dos negócios. (Amado Cervo – RelNet)

O professor Amado Cervo argumenta, também, que a diplomacia brasileira não desejava que a Cúpula tomasse uma direção política, mas, como dito, a maioria árabe fez este campo ter uma forte presença no encontro. Entretanto, a mensagem política da Carta, segundo o professor, é moderada e não deve incomodar os Estados Unidos mesmo sem apelo formal à democracia.

É certo que num balanço da reunião, os interesses das nações árabes se resumiram basicamente a dois pontos: investimentos e uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apoiar o Brasil e garantir o apoio da América do Sul à candidatura do Egito. A imprensa árabe divulgou amplamente o caráter político do encontro, ainda que esse não fosse o motivo inicial do mesmo. Argumentam, ainda, que a Cúpula representa uma atitude clara de intermediação do Brasil na política mundial e que isto certamente incomodaria muitos. No entanto, o jornal estadunidense *The Washington Times* publicou um editorial em que afirma que o Brasil está enveredando num “ninho de cobras” da política mundial, o que implicaria em riscos para a política externa. Enfatiza, entretanto, a importância da presença moderadora do Brasil no Oriente Médio em detrimento de outras, como, por exemplo, da venezuelana de Hugo Chávez.

Desta forma, apenas Israel e seus porta-vozes na América do Sul teriam com o que

se preocupar de acordo com o Professor Amado Cervo, o que é claramente percebido no manifesto conjunto das entidades judaicas sobre a Cúpula bem como nas recentes declarações de Israel. O país alega que o Brasil posicionou-se contra eles, no entanto, o Ministro Celso Amorim enfatizou, esta semana em sua visita à Jerusalém, que o Brasil continua seguindo seus próprios princípios, os quais estão quase sempre em acordo com os da ONU. Declarou ainda que se antes os dois países eram amigos, agora podem ser considerados irmãos.

Para o Professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília Hussein Ali Kalout, a Cúpula representa um novo capítulo na evolução das relações entre as duas regiões com perspectivas concretas de negócios em um ambiente de expansão e integração do espaço econômico e comercial do eixo Sul-Sul. Além disso, destaca que os entraves nas negociações no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da União Européia é que forçaram a política externa brasileira a buscar nos países árabes uma forma de diversificar suas relações comerciais no mundo. Essa iniciativa tem sido objeto de diversas críticas nos mais diversos meios, mas para o Professor Kalout, tais críticas carecem de base mais consistente sobre o potencial desse possível intercâmbio comercial.

O êxito da Cúpula dependerá, no entanto, de contatos mais sistemáticos entre os países. Para o Professor Kalout a política externa do governo Lula tem investido maciçamente neste sentido, fortalecendo uma posição universalista e criando novas oportunidades em benefício da prosperidade e do desenvolvimento de ambos os povos. A admissão, ainda de acordo com o Professor Kalout, do Brasil como observador na Liga Árabe reflete a importância atribuída ao país por aquela região.

Em suma, o debate sobre a Cúpula terá

maior embasamento com a concretização e análise de dados vindouros. Seu efeito imediato já pôde ser sentido tanto no setor econômico, em que o crescimento do comércio já alcançou 100% de 2003 para 2004, quanto no setor político. Entraves existem e não são poucos, mas como o próprio Presidente Lula afirmou em seu discurso de encerramento da Cúpula: “vamos trabalhar, por que as portas estão abertas”.

Referência

[Amcham](#)

[Estado de Minas](#)

[MAEC](#)

[MRE](#)

[Noticias AOL](#)

[Noticias TERRA](#)

[RNW](#)

[Tempo Real](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugênio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

